

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PRIMEIRA PARTE – O ESTUDO DO DIREITO	1
Capítulo 1 – SISTEMA DE IDEIAS GERAIS DO DIREITO	1
1. A Necessidade de um Sistema de Ideias Gerais do Direito	1
2. A Introdução ao Estudo do Direito.....	2
2.1. Apresentação da Disciplina	2
2.2. Objeto da Introdução ao Estudo do Direito.....	3
2.3. A Importância da Introdução	4
3. Outros Sistemas de Ideias Gerais do Direito	5
3.1. Filosofia do Direito	5
3.2. Teoria Geral do Direito	5
3.3. Sociologia do Direito	5
3.4. Enciclopédia Jurídica	6
4. A Introdução ao Estudo do Direito e os Currículos dos Cursos Jurídicos no Brasil.....	7
Capítulo 2 – AS DISCIPLINAS JURÍDICAS	9
5. Considerações Prévias	9
6. Disciplinas Jurídicas Fundamentais.....	10
6.1. Ciência do Direito	10
6.2. Filosofia do Direito	11
6.3. Sociologia do Direito	11
7. Disciplinas Jurídicas Auxiliares.....	13
7.1. História do Direito.....	13
7.2. Direito Comparado.....	14
SEGUNDA PARTE – A DIMENSÃO SOCIOLOGICA DO DIREITO	17
Capítulo 3 – O DIREITO COMO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL.....	17
8. O Fenômeno da Adaptação Humana.....	17
8.1. Aspectos Gerais.....	17
8.2. Adaptação Interna.....	17
8.3. Adaptação Externa	18
9. Direito e Adaptação.....	18

9.1. Colocações Prévias.....	18
9.2. O Direito como Processo de Adaptação Social.....	19
9.3. A Adaptação das Ações Humanas ao Direito	21
Capítulo 4 – SOCIEDADE E DIREITO.....	23
10. A Sociabilidade Humana.....	23
11. O “Estado de Natureza”	24
12. Formas de Interação Social e a Ação do Direito.....	25
12.1. A Interação Social.....	25
12.2. O Solidarismo Social.....	26
12.3. A Ação do Direito	27
13. A Mútua Dependência entre o Direito e a Sociedade	28
13.1. Fato Social e Direito	28
13.2. O Papel do Legislador	28
Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL.....	31
14. Considerações Prévias	31
15. Normas Éticas e Normas Técnicas.....	32
16. Direito e Religião.....	33
16.1. Aspectos Históricos	33
16.2. Convergência e Peculiaridades	34
17. Direito e Moral.....	35
17.1. Generalidades	35
17.2. A Noção da Moral	35
17.3. Setores da Moral	36
17.4. O Paralelo entre a Moral e o Direito.....	37
17.4.1. Grécia e Roma.....	37
17.4.2. Critérios de Tomásio, Kant e Fichte.....	38
17.4.3. Modernos critérios de distinção	39
17.4.3.1. Distinções de ordem formal.....	40
17.4.3.2. Distinções quanto ao conteúdo	41
18. O Direito e as Regras de Trato Social.....	44
18.1. Conceito das Regras de Trato Social	44
18.2. Alguns Aspectos Históricos	45
18.3. Caracteres das Regras de Trato Social.....	46
18.3.1. Aspecto social.....	46
18.3.2. Exterioridade	46
18.3.3. Unilateralidade	46
18.3.4. Heteronomia.....	46
18.3.5. Incoercibilidade.....	47
18.3.6. Sanção difusa	47

18.3.7. Isonomia por classes e níveis de cultura	47
18.4. Natureza das Regras de Trato Social.....	47
18.4.1. Corrente negativista	47
18.4.2. Corrente positiva.....	48
18.4.3. Conclusão.....	48
 Capítulo 6 – FATORES DO DIREITO	51
19. Conceito e Função dos Fatores do Direito	51
20. Princípios Metodológicos	52
20.1. Interferência das Causas	52
20.2. Distinção dos Fatores em Categorias.....	52
20.3. Eficácia Direta e Indireta dos Fatores.....	53
21. Fatores Naturais do Direito	53
21.1. Fator Geográfico	53
21.1.1. Clima	53
21.1.2. Recursos naturais	54
21.1.3. O território.....	54
21.2. Fator Demográfico	55
21.3. Fatores Antropológicos.....	55
22. Fatores Culturais do Direito	55
22.1. Fator Econômico.....	55
22.2. Invenções	56
22.3. Moral	56
22.4. Religião.....	56
22.5. Ideologia	56
22.6. Educação	57
23. Forças Atuantes na Legislação.....	57
23.1. Política	57
23.2. Opinião Pública	57
23.3. Grupos Organizados	58
23.4. Medidas de Hostilidade	58
24. Direito e Revolução	58
 TERCEIRA PARTE – A NOÇÃO DO DIREITO	61
 Capítulo 7 – O DIREITO NO QUADRO DO UNIVERSO	61
25. Indagação Fundamental	61
26. Algumas Notas do Direito	62
27. A Teoria dos Objetos	62
27.1. Conceituações Prévias	62
27.2. O Quadro das Ontologias	63

28. Objetos Naturais.....	63
28.1. Conceito.....	63
28.2. Caracteres	64
28.3. Princípio da Causalidade	64
28.4. Leis da Natureza	64
28.4.1. Universais.....	64
28.4.2. Imutáveis	64
28.4.3. Invioláveis	65
28.4.4. Isonomia.....	65
28.5. Importância.....	65
29. Objetos Ideais.....	65
30. Os Valores	66
30.1. Axiologia	66
30.2. Conceito.....	66
30.3. Caracteres	67
30.4. Localização	67
30.5. Os Valores e a Teoria dos Objetos	67
31. Objetos Metafísicos	68
32. Objetos Culturais	68
32.1. Conceito.....	68
32.2. Cultura Material.....	69
32.3. Cultura Espiritual.....	69
33. O Mundo do Direito.....	70
33.1. Considerações Prévias	70
33.2. Direito e Objetos Naturais	70
33.3. Direito e Objetos Ideais	71
33.4. Direito e Objetos Metafísicos	71
33.5. Direito e Cultura	71
34. Conclusões	71
Capítulo 8 – DEFINIÇÕES E ACEPÇÕES DA PALAVRA DIREITO	73
35. Considerações Prévias	73
36. Definições Nominais	74
36.1. Definição Etimológica	75
36.2. Definição Semântica	75
37. Definições Reais ou Lógicas.....	76
38. Definições Históricas do Direito	78
39. Acepções da Palavra Direito	79
39.1. Considerações Prévias	79
39.2. Ciência do Direito.....	79
39.3. Direito Natural e Direito Positivo.....	79

39.4. Direito Objetivo e Direito Subjetivo	80
39.5. O Emprego do Vocáculo no Sentido de Justiça.....	81
40. Conceito de Ordem Jurídica.....	81
Capítulo 9 – NORMA JURÍDICA	83
41. Conceito de Norma Jurídica.....	83
42. Instituto Jurídico	84
43. Estrutura Lógica da Norma Jurídica	84
43.1. Concepção de Kelsen.....	84
43.2. O Juízo Disjuntivo de Carlos Cossio	85
43.3. Conclusões.....	85
43.4. Quadro das Estruturas Lógicas	86
44. Caracteres.....	86
44.1. Bilateralidade.....	86
44.2. Generalidade.....	87
44.3. Abstratividade	87
44.4. Imperatividade	87
44.5. A Coercibilidade e a Questão da Essência da Norma Jurídica	88
45. Classificação	89
45.1. Classificação das Normas Jurídicas quanto ao Sistema a que Pertencem	89
45.2. Normas Jurídicas quanto à Fonte	89
45.3. Classificação das Normas Jurídicas quanto aos Diversos Âmbitos de Validez	90
45.4. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Hierarquia	90
45.5. Normas Jurídicas quanto à Sanção	91
45.6. Normas Jurídicas quanto à Qualidade	91
45.7. Normas Jurídicas quanto às Relações de Complementação	91
45.8. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Vontade das Partes	91
45.9. Quanto à Flexibilidade ou Arbítrio do Juiz: Normas Rígidas ou Cerradas e Elásticas ou Abertas	91
45.10. Quanto ao Modo da Presença no Ordenamento: Normas Implicitas e Explicitas....	92
45.11. Quanto à Inteligibilidade	93
46. Vigência, Efetividade, Eficácia e Legitimidade da Norma Jurídica	93
46.1. Vigência	94
46.2. Efetividade	94
46.3. Eficácia	94
46.4. Legitimidade	95
Capítulo 10 – A DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO	97
47. Direito Público e Direito Privado	97
47.1. Aspectos Gerais	97

47.2. O Problema Relativo à Importância da Distinção	98
47.3. A Teoria Monista de Hans Kelsen	99
47.4. Teorias Dualistas.....	99
47.4.1. Teorias substancialistas	99
47.4.1.1. Teoria dos interesses em jogo	99
47.4.1.2. Teoria do fim.....	100
47.4.2. Teorias formalistas	100
47.4.2.1. Teoria do titular da ação	100
47.4.2.2. Teoria das normas distributivas e adaptativas	100
47.4.2.3. Teoria da natureza da relação jurídica	101
47.5. Trialismo.....	101
47.6. Conclusões.....	102
48. Direito Geral e Direito Particular.....	102
49. Direito Comum e Direito Especial.....	103
50. Direito Regular e Direito Singular.....	103
51. Privilégio.....	104
 Capítulo 11 – JUSTIÇA E EQUIDADE	105
52. Conceito de Justiça	105
53. O Caráter Absoluto da Justiça.....	106
54. A Importância da Justiça para o Direito	107
55. Critérios da Justiça.....	107
55.1. Critérios Formais da Justiça	108
55.2. Critérios Materiais da Justiça	108
56. A Concepção Aristotélica.....	109
57. Justiça Convencional e Justiça Substancial	110
58. Classificação da Justiça.....	111
58.1. Justiça Distributiva	111
58.2. Justiça Comutativa.....	111
58.3. Justiça Geral	111
58.4. Justiça Social	112
59. Justiça e Bem Comum	113
60. Equidade	114
61. Leis Injustas	115
61.1. Conceito.....	115
61.2. Espécies	116
61.3. O Problema da Validade das Leis Injustas.....	116
 Capítulo 12 – SEGURANÇA JURÍDICA.....	119
62. Conceito de Segurança Jurídica	119

63. A Necessidade Humana de Segurança	120
64. Princípios Relativos à Organização do Estado	121
65. Princípios do Direito Estabelecido.....	122
65.1. A Positividade do Direito.....	123
65.2. Segurança de Orientação	124
65.3. Irretroatividade da Lei	126
65.4. Estabilidade Relativa do Direito.....	126
66. Princípios do Direito Aplicado.....	127
66.1. Decisão de Casos Pendentes e sua Execução	127
66.2. Prévia Calculabilidade da Sentença.....	128
66.3. Respeito à Coisa Julgada	128
66.4. Uniformidade e Continuidade Jurisprudencial	128
Capítulo 13 – DIREITO E ESTADO	129
67. Considerações Prévias	129
68. Conceito e Elementos do Estado.....	130
68.1. Conceito.....	130
68.2. Elementos do Estado	131
68.2.1. População	131
68.2.2. Território.....	132
68.2.3. Soberania.....	132
69. Origem do Estado	133
69.1. Teoria do Contrato Social	133
69.2. Teoria Patriarcal.....	134
69.3. Teoria Matriarcal.....	134
69.4. Teoria Sociológica	134
70. Fins do Estado.....	135
70.1. As Três Concepções.....	135
70.2. Concepção Individualista	135
70.3. A Concepção Supraindividualista.....	136
70.4. Concepção Transpersonalista	137
71. Teorias sobre a Relação entre o Direito e o Estado.....	137
72. Arbitrariedade e Estado de Direito.....	137
72.1. Arbitrariedade	137
72.2. Estado de Direito	138
QUARTA PARTE – FONTES DO DIREITO	141
Capítulo 14 – A LEI	141
73. Fontes do Direito.....	141
73.1. Aspectos Gerais	141
73.2. Fontes Históricas	141

73.3. Fontes Materiais	142
73.4. Fontes Formais	142
74. O Direito Romano.....	143
75. Conceito e Formação da Lei	146
75.1. Considerações Prévias	146
75.2. Etimologia do Vocabulário Lei	147
75.3. Lei em Sentido Amplo	147
75.4. Lei em Sentido Estrito	148
75.5. Lei em Sentido Formal e em Sentido Formal-Material.....	148
75.6. Lei Substantiva e Lei Adjetiva.....	149
75.7. Lei de Ordem Pública	149
75.8. Formação da Lei – o Processo Legislativo	149
75.8.1. Iniciativa da lei	149
75.8.2. Exame pelas comissões técnicas, discussões e aprovação	150
75.8.3. Revisão do projeto.....	150
75.8.4. Sanção	150
75.8.5. Promulgação.....	150
75.8.6. Publicação	151
75.9. Lei Delegada.....	151
76. Obrigatoriedade da Lei	151
77. Aplicação da Lei	152
77.1. Diagnose do Fato	152
77.2. Diagnose do Direito.....	152
77.3. Crítica Formal.....	152
77.4. Crítica Substancial	153
77.5. Interpretação da Lei	153
77.6. Aplicação da Lei	153
Capítulo 15 – DIREITO COSTUMEIRO.....	155
78. Considerações Preliminares	155
79. Conceito de Direito Costumeiro	156
80. Elementos dos Costumes	158
81. A Posição da Escola Histórica do Direito	159
82. Espécies de Costumes	160
83. Valor dos Costumes.....	161
84. Prova dos Costumes.....	161
Capítulo 16 – O DESUSO DAS LEIS.....	163
85. Conceito de Desuso das Leis	163
86. Causas do Desuso	164
86.1. Leis Anacrônicas.....	165
86.2. Leis Artificiais.....	165

86.3. Leis Injustas	165
86.4. Leis Defectivas	165
87. A Tese da Validade das Leis em Desuso	166
88. A Tese da Revogação da Lei pelo Desuso.....	167
89. Conclusões	168
 Capítulo 17 – JURISPRUDÊNCIA	 171
90. Conceito	171
91. Espécies.....	172
92. Paralelo entre Jurisprudência e Costume	172
93. O Grau de Liberdade dos Juízes	173
93.1. A Livre Estimação	173
93.2. Limitação à Subsuncão.....	175
93.3. Complementação Coerente e Dependente do Preceito.....	176
94. A Jurisprudência Cria o Direito?.....	176
95. A Jurisprudência Vincula os Tribunais?	178
96. Processos de Unificação da Jurisprudência.....	178
 Capítulo 18 – A DOUTRINA JURÍDICA.....	 181
97. O Direito Científico e os Juristas	181
98. As Três Funções da Doutrina	182
98.1. Atividade Criadora.....	182
98.2. Função Prática da Doutrina	182
98.3. Atividade Crítica.....	183
99. A Influência da Doutrina no Mundo Jurídico.....	183
100. A Doutrina como Fonte Indireta do Direito	184
101. Argumento de Autoridade	185
101.1. Conceito e Importância.....	185
101.2. Orientação Prática.....	185
102. O Valor da Doutrina no Passado	186
103. A Doutrina no Presente	187
 Capítulo 19 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: ANALOGIA LEGAL	 191
104. Lacunas da Lei	191
104.1. Noções de Integração e de Lacunas.....	191
104.2. Teorias sobre as Lacunas	192
104.2.1. Realismo ingênuo.....	192
104.2.2. Empirismo científico	193
104.2.3. Ecletismo.....	193
104.2.4. Pragmatismo.....	193
104.2.5. Apriorismo filosófico.....	194

105. O Postulado da Plenitude da Ordem Jurídica	194
106. Noção Geral de Analogia	194
106.1. Conceito.....	194
106.2. Fundamento da Analogia.....	195
107. O Procedimento Analógico	195
108. Analogia e Interpretação Extensiva	197
Capítulo 20 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO....	199
109. Considerações Prévias	199
110. As Duas Funções dos Princípios Gerais de Direito.....	200
111. Conceito dos Princípios Gerais de Direito	200
112. Natureza dos Princípios Gerais de Direito.....	201
113. Os Princípios Gerais de Direito e os Brocardos.....	202
114. A Pesquisa dos Princípios Gerais de Direito.....	203
115. Os Princípios e o Direito Comparado	204
Capítulo 21 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO	207
116. Aspectos Gerais.....	207
117. Conceito de Código.....	208
118. A Incorporação	209
119. A Duração dos Códigos.....	209
120. Os Códigos Antigos	210
120.1. Considerações Gerais	210
120.2. Código de Hamurabi	211
120.3. Legislação Mosaica.....	211
120.4. Lei das XII Tábuas	212
120.5. Código de Manu.....	212
120.6. Alcorão	213
121. A Era da Codificação.....	214
122. Os Primeiros Códigos Modernos	214
122.1. O Código Civil da Prússia.....	214
122.2. O Código Napoleão.....	215
122.3. O Código Civil da Áustria.....	216
123. A Polêmica entre Thibaut e Savigny	217
124. O Código Civil Brasileiro de 1916 e o de 2002.....	218
125. A Recepção do Direito Estrangeiro.....	219
QUINTA PARTE – TÉCNICA JURÍDICA	221
Capítulo 22 – O ELEMENTO TÉCNICO DO DIREITO	221
126. O Conceito de Técnica.....	221
127. Conceito e Significado da Técnica Jurídica	222
128. Espécies de Técnica Jurídica.....	223

128.1. Técnica de Interpretação.....	223
128.2. Técnica de Aplicação.....	223
129. Conteúdo da Técnica Jurídica	224
129.1. Meios Formais.....	225
129.1.1. Linguagem.....	225
129.1.1.1. Vocabulário	226
129.1.1.2. Fórmula	226
129.1.1.3. Aforismos	226
129.1.1.4. Estilo.....	226
129.1.2. Formas.....	227
129.1.3. Sistemas de publicidade	227
129.2. Meios Substanciais	227
129.2.1. Definição	227
129.2.2. Conceito	228
129.2.3. Categorias.....	228
129.2.4. Presunções.....	229
129.2.4.1. Presunção simples	229
129.2.4.2. Presunção legal.....	229
129.2.5. Ficções.....	230
130. Cibernética e Direito	231
130.1. Elaboração das Leis.....	231
130.2. Administração da Justiça	232
130.3. Pesquisa Científica	233
130.4. Advocacia	233
131. O Direito como Técnica e Ciência.....	234
Capítulo 23 – TÉCNICA LEGISLATIVA.....	237
132. Conceito, Objeto e Importância da Técnica Legislativa	237
133. Da Apresentação Formal dos Atos Legislativos	238
133.1. Conceituação	238
133.2. Preâmbulo.....	238
133.2.1. Epígrafe	239
133.2.2. Rubrica ou ementa.....	239
133.2.3. Autoria e fundamento legal da autoridade	239
133.2.4. Causas justificativas	240
133.2.4.1. Considerandos	240
133.2.4.2. Exposição de motivos.....	240
133.2.5. Ordem de execução ou mandado de cumprimento	241
133.2.6. Valor do preâmbulo	241
133.3. Corpo ou Texto	241
133.4. Disposições Complementares.....	241

133.4.1. Disposições preliminares	241
133.4.2. Disposições gerais e finais	242
133.4.3. Disposições transitórias.....	242
133.5. Cláusulas de Vigência e de Revogação	242
133.6. Fecho	243
133.7. Assinatura	243
133.8. Referenda.....	243
134. Da Apresentação Material dos Atos Legislativos	243
134.1. Dos Artigos	244
134.2. Divisão dos Artigos	245
134.2.1. Parágrafo	245
134.2.2. Inciso, alínea e item	245
134.3. Agrupamentos dos Artigos	246
 Capítulo 24 – A EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO	249
135. Vigência e Revogação da Lei.....	249
136. O Conflito de Leis no Tempo.....	251
137. O Princípio da Irretroatividade	251
138. Teorias sobre a Irretroatividade.....	253
138.1. Doutrina Clássica ou dos Direitos Adquiridos	253
138.2. Teoria da Situação Jurídica Concreta	254
138.3. Teoria dos Fatos Cumpridos	254
138.4. Teoria de Paul Roubier	254
138.5. A Concepção de Planiol.....	254
138.6. O Princípio <i>Ratione Materiae</i>	254
139. A Noção do Conflito de Leis no Espaço	255
140. O Estrangeiro perante o Direito Romano.....	256
141. Teoria dos Estatutos	257
142. Doutrinas Modernas quanto à Extraterritorialidade.....	258
142.1. Sistema da Comunidade de Direito	258
142.2. Sistema da Nacionalidade	258
143. O Direito Interespacial e o Sistema Brasileiro.....	258
 Capítulo 25 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....	261
144. Conceito e Importância da Hermenêutica Jurídica	261
145. Conceito de Interpretação em Geral	263
146. A Interpretação do Direito.....	263
146.1. Noção Geral.....	263
146.2. A Interpretação Conforme a Constituição	265
146.3. A Interpretação da Constituição Conforme a Lei	265
147. O Princípio <i>In Claris Cessat Interpretatio</i>	265

148. A Vontade do Legislador e a <i>Mens Legis</i>	267
148.1. O Sentido da Lei.....	267
148.2. A Teoria Subjetiva	268
148.3. A Teoria Objetiva.....	268
149. A Interpretação do Direito quanto ao Resultado e Fonte	269
149.1. Interpretação Declarativa	269
149.2. Interpretação Restritiva	270
149.3. Interpretação Extensiva	270
150. O Art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	271
150.1. A Obrigatoriedade do Art. 5º da LINDB	271
150.2. O Significado do Art. 5º da LINDB.....	271
151. A Interpretação dos Negócios Jurídicos.....	272
 Capítulo 26 – ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	275
152. Considerações Prévias	275
153. Elemento Gramatical	275
154. Elemento Lógico	276
154.1. Lógica Interna.....	276
154.2. Lógica Externa	277
154.3. A Lógica do “Razoável”	277
155. Elemento Sistemático.....	278
156. Elemento Histórico	279
157. Elemento Teleológico	279
 Capítulo 27 – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	281
158. Método Tradicional da Escola da Exegese	281
159. Método Histórico-Evolutivo	282
160. A Livre Investigação Científica do Direito	283
160.1. Aspectos Gerais.....	283
160.2. A Livre Investigação Científica.....	284
161. A Corrente do Direito Livre	285
161.1. A Doutrina	285
161.2. Principais Adeptos.....	285
161.3. Crítica à Doutrina	286
 SEXTA PARTE – RELAÇÕES JURÍDICAS	287
 Capítulo 28 – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA NATURAL E PESSOA JURÍDICA.....	287
162. Personalidade Jurídica	287
163. Pessoa Natural.....	289
163.1. Considerações Prévias	289

163.2. Início e Fim da Personalidade	290
163.3. Capacidade de Fato	291
163.4. Registro, Nome e Domicílio Civil.....	292
164. Pessoa Jurídica.....	293
164.1. Conceito.....	293
164.2. Natureza Jurídica das Pessoas Jurídicas.....	294
164.2.1. Teoria da ficção	294
164.2.2. Teoria dos direitos sem sujeitos	295
164.2.3. Teorias realistas.....	295
164.3. Classificação das Pessoas Jurídicas.....	295
Capítulo 29 – RELAÇÃO JURÍDICA: CONCEITO, FORMAÇÃO, ELEMENTOS	297
165. Conceito de Relação Jurídica.....	297
166. Formação da Relação Jurídica	298
167. Elementos da Relação Jurídica	300
167.1. Sujeitos da Relação Jurídica.....	300
167.2. Vínculo de Atributividade	301
167.3. Objeto	301
Capítulo 30 – DIREITO SUBJETIVO.....	303
168. Origem do Direito Subjetivo e Aspectos Gerais	303
169. Conceito de Direito Subjetivo.....	304
170. Situações Subjetivas.....	306
171. A Natureza do Direito Subjetivo – Teorias Principais	307
171.1. Teoria da Vontade	307
171.2. Teoria do Interesse.....	307
171.3. Teoria Eclética	308
171.4. Teoria de Duguit	308
171.5. Teoria de Kelsen	308
172. Classificação dos Direitos Subjetivos	308
172.1. Direitos Subjetivos Públicos	309
172.2. Direitos Subjetivos Privados	310
172.2.1. Direitos absolutos e relativos	310
172.2.2. Direitos transmissíveis e não transmissíveis	310
172.2.3. Direitos principais e acessórios	311
172.2.4. Direitos renunciáveis e não renunciáveis	311
173. Aquisição, Modificações e Extinção dos Direitos.....	311
173.1. Aquisição	311
173.2. Modificações	312
173.3. Extinção.....	312
173.3.1. Perecimento do objeto.....	312
173.3.2. Alienação.....	312

173.3.3. Renúncia.....	312
173.3.4. Prescrição	312
173.3.5. Decadência.....	313
Capítulo 31 – DEVER JURÍDICO	315
174. Considerações Prévias	315
175. Aspecto Histórico.....	315
176. Conceito de Dever Jurídico.....	316
177. Espécies de Dever Jurídico	318
177.1. Dever Jurídico Contratual e Extracontratual.....	318
177.2. Dever Jurídico Positivo e Negativo.....	319
177.3. Dever Jurídico Permanente e Transitório	319
178. Axiomas de Lógica Jurídica.....	319
178.1. Axioma de Inclusão.....	319
178.2. Axioma de Liberdade	319
178.3. Axioma de Contradição	319
178.4. Axioma de Exclusão do Meio	320
178.5. Axioma de Identidade.....	320
179. Dever Jurídico e Efetividade do Direito	320
SÉTIMA PARTE – DOS FATOS JURÍDICOS	321
Capítulo 32 – FATO JURÍDICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	321
180. Considerações Gerais.....	321
181. Suposto Jurídico e Consequência.....	322
181.1. Conceituções.....	322
181.2. Relação entre a Hipótese e a Consequência	322
181.3. Suposto Jurídico Simples e Complexo.....	323
182. Conceito de Fato Jurídico	323
183. Caracteres e Classificação dos Fatos Jurídicos	325
183.1. Caracteres	325
183.2. Classificação.....	326
Capítulo 33 – DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	329
184. Conceitos e Aspectos Doutrinários	329
185. A Relação entre os Negócios Jurídicos e o Ordenamento Jurídico.....	330
186. Classificação dos Negócios Jurídicos	331
186.1. Negócio Jurídico Unilateral e Bilateral	331
186.2. Negócio Jurídico Oneroso e Gratuito	331
186.3. Negócio Jurídico <i>Inter Vivos e Mortis Causa</i>	332
186.4. Negócio Jurídico Solene ou Formal e Não Solene.....	332
186.5. Negócio Jurídico Típico e Atípico.....	332
186.6. Existência, Validade e Eficácia.....	332

187. Elementos dos Negócios Jurídicos.....	333
187.1. Elementos Essenciais	333
187.2. Elementos Acidentais	334
187.2.1. Condição	334
187.2.2. Termo	334
187.2.3. Modo ou encargo	334
188. Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	335
188.1. Erro ou Ignorância.....	335
188.2. Dolo	335
188.3. Coação	336
188.4. Estado de Perigo	336
188.5. Lesão	336
188.6. Fraude contra os Credores.....	337
188.7. Simulação	337
Capítulo 34 – ATO ILÍCITO	339
189. Conceito e Elementos	339
190. Categorias	340
191. Classificação do Elemento Culpa.....	341
191.1. Intensidade da Culpa	341
191.2. Conteúdo da Culpa	341
191.3. Critérios de Avaliação.....	341
191.4. Natureza da Relação	342
191.5. Agente.....	342
192. Excludentes do Ilícito	342
192.1. Legítima Defesa	342
192.2. Exercício Regular de um Direito.....	343
192.3. Estado de Necessidade	343
193. Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva da Responsabilidade.....	343
193.1. A Responsabilidade no Passado	343
193.2. As Teorias da Responsabilidade	344
194. Abuso do Direito	345
OITAVA PARTE – ENCICLOPÉDIA JURÍDICA.....	347
Capítulo 35 – RAMOS DO DIREITO PÚBLICO.....	347
195. Considerações Prévias	347
196. Direito Constitucional.....	348
197. Direito Administrativo	349
198. Direito Financeiro	350
199. Direito Internacional Público.....	351

200. Direito Internacional Privado.....	353
201. Direito Penal	354
202. Direito Processual	356
Capítulo 36 – RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....	361
203. Direito Civil	361
204. Direito Comercial ou Empresarial	363
204.1. Noção do Ramo	363
204.2. A Palavra “Comércio”	364
204.3. A Relação entre o Direito Comercial e o Civil.....	364
204.4. A História do Comércio.....	365
204.5. Evolução Histórica do Direito Comercial	365
205. Direito do Trabalho	366
205.1. Denominações	366
205.2. Classificação	367
205.3. Definição	367
205.4. Características	367
205.5. Fins do Direito do Trabalho.....	368
205.6. A Autonomia do Direito do Trabalho	368
205.7. A Evolução do Direito do Trabalho no Século XX	368
NONA PARTE – FUNDAMENTOS DO DIREITO	371
Capítulo 37 – A IDEIA DO DIREITO NATURAL	371
206. A Insuficiência do Direito Positivo	371
207. Conceito	373
208. Origem e Via Cognoscitiva	374
209. Caracteres.....	374
210. A Escola do Direito Natural	375
211. Revolucionário ou Conservador?.....	375
212. Crítica.....	376
213. Os Direitos do Homem e o Direito Natural	378
214. Concepção Humanista do Direito	379
Capítulo 38 – O POSITIVISMO JURÍDICO	381
215. O Positivismo Filosófico.....	381
215.1. A Lei dos Três Estados	382
215.2. Classificação das Ciências.....	382
216. O Positivismo Jurídico.....	382
217. Crítica.....	383

Capítulo 39 – O NORMATIVISMO JURÍDICO.....	385
218. O Significado da Teoria Pura do Direito.....	385
219. A Teoria Pura do Direito	386
220. A Pirâmide Jurídica e a Norma Fundamental	386
221. Crítica à Teoria Pura do Direito	387
 Capítulo 40 – A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO	389
222. A Importância de Reale no Panorama Jurídico Brasileiro	389
223. A Teoria Tridimensional do Direito	390
 BIBLIOGRAFIA.....	393
ÍNDICE ONOMÁSTICO	401
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	409